



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO DE 1895 AO  
COMEÇO DO SÉCULO XX: MATEMÁTICA E PROFESSORES  
ENGENHEIROS**

André Roberto da Silva Pinto\*

Este texto busca abordar uma pesquisa de mestrado que tem por base a escola de Engenharia de Pernambuco e seus professores engenheiros de matemática no início do século XX. Pretende apresentar como, a partir de uma série de fontes, construiu-se um caminho que partiu da história da Escola enquanto instituição até a análise de personagens da que faziam parte do que se acredita que poderia ser cotidiano da EEP. Vale ressaltar que as pessoas e suas histórias utilizadas na pesquisa, de alguma maneira, estão necessariamente relacionadas com matemática. Todos os professores citados no texto eram formados em engenharia e em algum período de suas vidas lecionaram algumas disciplinas ligadas a matemática. Muitas das histórias de alunos que analisamos também ocorreram durante aulas de disciplinas matemáticas. Este texto traz alguns apontamentos sobre os rumos da minha pesquisa de forma a mostrar como foi se formando o caminho para a construção de uma visão sobre a história da Escola de Engenharia de Pernambuco. A narrativa histórica abordada neste texto é apenas uma parte da que está sendo confeccionada em minha dissertação.

---

\* Mestrando em História da Educação Matemática pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisador do grupo HIFEM (História, Filosofia e Educação Matemática). Emai – [prof.andreroberto@gmail.com](mailto:prof.andreroberto@gmail.com)

## PERCURSOS E METODOLOGIA

Ao longo da pesquisa o foco central foi se alterando de acordo com as fontes encontradas e de certa forma a busca por novas fontes se modificava por conta do novo foco estabelecido. Pode-se dizer que grande parte do período do mestrado ficou neste embate de foco e fontes, o que acabou por enriquecer e diversificar o texto, pois deste modo foi preciso por diversas vezes ramificar assuntos e a partir deste trabalho surgiram estudos menores que por fim acabaram compondo o texto no qual trabalho atualmente.

Um primeiro passo importante para a pesquisa foi a busca pelo autor do artigo “A Bossa das Matemáticas”, Luiz de Barros Freire, que era discutido no artigo do professor André Luiz Mattedi<sup>1</sup>. Freire era um importante engenheiro professor, que viveu e trabalhou praticamente toda sua vida no Recife. Comecei minha busca por lugares nos quais eu poderia encontrar indícios - faculdades, bibliotecas, museus. Um dos textos encontrados falava sobre o Seminário de Olinda<sup>2</sup> e nele o autor menciona a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Como estava na fase ampla da busca, fui diretamente à Biblioteca do Estado. Nesse momento, os temas orientadores para minhas buscas: Luiz de Barros Freire, Escola de Engenharia, Escola Normal do Recife, Ginásio Pernambucano e Seminário de Olinda. Minha intenção era fazer um panorama da educação no Recife. Todavia, a Biblioteca dispõe de uma ampla quantidade de documentos que me interessariam. Além do mais, havia uma sala inteira sobre a história da educação no Recife, mas se encontrava indisponível porque estavam em processo de recatologação dos livros. Consegui acesso à livros sobre Luiz Freire, textos escritos por ele próprio e ainda tive acesso ao Boletim de Engenharia do Recife. O Boletim é um periódico em que eram publicados estudos e textos relacionados à Engenharia. Toda a pesquisa matemática da época acontecia junto da engenharia, deste modo em todos os Boletins havia publicações sobre matemática. Para minha pesquisa isto foi de suma importância, pois consegui descobrir mais nomes de professores e estudiosos da época, consegui material suficiente sobre eles e ainda sobre instituições do Recife.

<sup>1</sup> DIAS, André Luiz Mattedi, "Da bossa das matemáticas à educação matemática: defendendo uma jurisdição profissional", *História & Educação Matemática*, 2, jun/dez de 2001 e jan/dez de 2002.

<sup>2</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Seminário de Olinda*. Biblioteca Virtual José Antônio Gonsalves de Mello. Disponível em: <http://bvjagm.fgf.org.br/obra/Imprensa/030404-00011.pdf> Acessado em: 20/03/2011

Dentre todas as instituições de educação, o foco era Escola de Engenharia de Pernambuco porque na época os professores de matemática eram engenheiros e, assim, a pesquisa matemática da época ficava centrada na Escola. Passei a me aproximar cada vez mais da realidade do ensino superior e da formação dos professores, e então que comecei a estudar os professores da época. Primeiramente Luiz Freire, em seguida Newton da Silva Maia, que foi aluno, professor e diretor da Escola de Engenharia de Pernambuco. Na procura por textos e livros sobre estes professores consegui outros nomes que ajudaram a expandir a pesquisa sobre os professores-engenheiros. Alguns desses nomes são: Mario Schenberg, José Leite Lopes, Ricardo Palmeira, Ricardo Ferreira, Leopoldo Nachbin, entre outros, que tiveram sua importância não apenas regional, mas nacionalmente. Eu estava começando a delimitar meu objeto de pesquisa. Para auxiliar nesta busca um texto em específico foi importante: “Apontamentos para a história da Escola de Engenharia de Pernambuco”, de Newton Maia, 1966. Neste texto, o autor conta parte da história da Escola, mencionando o nome dos professores da Escola entre 1905 e 1916, quando ela sofre mudanças bruscas em seu Estatuto. Pude perceber, após algumas leituras de outros textos sobre a Escola de Engenharia, que os “Apontamentos de Maia” nortearam boa parte das histórias sobre a Escola.

Uma justificativa para o estudo no Recife é a importância que esta capital teve na constituição do nosso país, pois entre os séculos XIX e XX, Recife participava ativamente da economia do Brasil. Como não poderia ser diferente com a cidade, ela acompanhava o país e sofria com a falta de mão de obra qualificada para o cargo de engenheiros e professores. Isto ocorria porque neste período, de meados do século XIX em diante, as expansões urbanas aumentaram e para suprir, importava-se engenheiros. Na época, me ocorreu que como forma de conter esta importação, foram abertas as Escolas de Engenharia em algumas capitais brasileiras, inclusive no Recife. Eis então outra razão que me motivou a estudar a área da História da Educação Matemática, focado na capital pernambucana: a criação de um polo de estudo matemático que era a Escola de Engenharia, considerada o centro de pesquisa de vários Estados na época.

Inicialmente a ideia era centrar o estudo na Escola de Engenharia de Pernambuco desde sua fundação até as décadas iniciais do século XX, e tinha-se a pretensão de realizar uma investigação priorizando as práticas do ensino de matemática desta Instituição. Esperava-se, então, localizar alguns registros mais diretamente relacionados às aulas de Matemática, tais como: ementas de disciplinas, diários de professores, provas, exames,



cadernos de alunos, etc. Essas expectativas foram criadas a partir de nossos primeiros contatos com a Escola. Segundo as informações iniciais, esse material estava guardado em uma repartição do Centro de Tecnologia e Geociência (CTG) da UFPE, denominada Escolaridade, que há cerca de 2 anos tinha passado por uma reforma. Nesta reforma, a Escolaridade e seu acervo foram divididos em duas partes, uma referente ao corpo discente e a outra ao administrativo. Todavia, ao iniciar as buscas, pôde-se notar que os documentos procurados não estavam em nenhuma das novas seções da Escolaridade. Após alguma insistência em diversas seções do CTG, conseguiu-se informações de que estes arquivos talvez não existissem mais, que possivelmente eles se “perderam” durante a reforma da Escolaridade ou ao longo dos anos.

Diante da impossibilidade de localizar os documentos referentes às aulas de matemática da instituição, realizei buscas no Arquivo Público de Recife e na Biblioteca Pública do Estado. Nestes locais, consegui localizar documentos oficiais da EEP: Regulamentos, Relatórios e Estatutos da EEP, do período de 1895 a 1925; uma tese do professor Luiz Freire e alguns textos seus e de outros autores publicados no Boletim de Engenharia de Pernambuco; Atas manuscritas de Congregações realizadas entre 1898 e 1902. Há também alguns livros que abordam aspectos históricos da Escola de Engenharia de Pernambuco: “Engenheiros do Tempo”, uma organização coletiva, que apresenta 18 entrevistas de professores da EEP; “Outras Histórias” que se propõe a complementar o texto “Apontamentos para História da Escola de Engenharia de Pernambuco” de Newton da Silva Maia; e o “Nos degraus da Rua do Hospício” (1 e 2), de Roldão Torres, que traz aspectos históricos da Escola de Engenharia e de seus professores, além de crônicas, em um livro que comemora os 40 anos de formação da turma de Engenharia Civil de 1967.

A leitura de todos os materiais até então encontrados foi conduzindo a centrar nossa atenção na Escola de Engenharia de Pernambuco no período de 1895 a 1925, e em seus engenheiros-professores de matemática, tendo a seguinte questão orientadora da investigação: “Quais as características da formação de engenheiros-professores de matemática na Escola de Engenharia de Pernambuco no período de 1895 a 1925?”. Orientados por esta questão central, analisamos as seguintes questões específicas: “*Quais as grandes mudanças que ocorreram na formação de engenheiros no Brasil?*”, “*Qual a participação de conhecimentos matemáticos nessa formação?*” e “*Quais as características específicas da formação da Escola de Engenharia de Pernambuco no período de nosso estudo?*”.

Para realizar a escrita dessa história, buscou-se pautar em alguns autores da História Cultural, tais como: Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Michel de Certeau. Esta pesquisa considera que não há verdade absoluta em história e que qualquer texto é passível de várias leituras. Como nos diz Chartier:

(...) esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único — o qual a crítica tinha a obrigação de identificar —, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação, de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. CHARTIER, 2002, p. 27 – 28.

Como Ginzburg (2007, p.14), acredito que “os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”. Penso que em um trabalho histórico as fontes não nos informam o que realmente aconteceu, ou a verdade sobre o passado, mas nos apontam indícios, que possibilitam compor uma história que apresente aproximações com o real. Chartier (2010, p.14) trata essa questão do paradigma indiciário de Guinsburg:

(...) baseia o conhecimento na colheita e na interpretação dos sinais, e não no processamento estatístico dos dados, ou a definição de um conceito de objetividade capaz de articular a seleção entre as afirmações admissíveis e as que não o são, com a legítima pluralidade das interpretações (APPLEBY; HUNT, JACOB, 1994, p. 283).

A pesquisa contou não apenas os documentos oficiais da Escola ou do Governo, mas qualquer tipo de documento que pudesse trazer indícios acerca do nosso tema. Pensamos que o processo de trabalho com os documentos é algo que não ocorre em um único caminho no qual o pesquisador escolhe um tema, busca suas fontes e escreve sua história. O historiador, como diz Certeau, “produz” seus documentos. “Longe de aceitar os ‘dados’, ele os constitui” (de Certeau, 2002, p. 810). A partir do corpo de documentos constituído, o historiador escreve sua história, “que está desdobrada, folheada, fragmentada”:

coloca-se como historiográfico o discurso que ‘compreende’ seu outro — a crônica, o arquivo, o documento —, quer dizer, aquilo que se organiza *folheado*, do qual uma metade, contínua, se apoia sobre outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem

a saber. Pelas ‘citações’, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos pertinentes a uma linguagem primeira, o discurso se estabelece como *saber do outro*. de CERTEAU, 1975, p. 111 Apud CHARTIER 2010, p. 15

Nesta perspectiva metodológica e diante das circunstâncias apresentadas, a fim de tentar compreender melhor o campo de possibilidades no qual estava inserida a Escola durante a sua criação até o começo do século XX buscou-se retornar em outros séculos e ver como caminhou a formação dos engenheiros. Buscou-se construir uma visão sobre a matemática e as escolas militares no Brasil no período que antecede o surgimento da Escola de Engenharia de Pernambuco. Decidiu-se iniciar nosso texto por esse histórico, com o objetivo de identificarmos algumas características da formação matemática de professores-engenheiros que se manifestaram em alguns momentos históricos e que podem contribuir para nossa leitura do período selecionado para nosso estudo.

Com relação à Escola sentiu-se a necessidade de se ter uma base sobre a história da própria instituição, uma visão própria a instituição. Fazer uma visão histórica sobre a instituição tornou possível encontrar rastros culturais que ainda não haviam sido localizados e de porte destes novos caminhos e ideias surgiram. E foi entre mudanças, novos e velhos rumos que decidiu-se tentar construir uma narrativa histórica sobre a formação de professores de matemática na Escola de Engenharia de Pernambuco de 1895 até aproximadamente a década de 30. Para tanto pretendeu-se centrar o olhar desta narrativa nos vários personagens existentes dentro do cotidiano da Escola de Engenharia, que se manifestam nas memórias de alunos e professores, e em diferentes documentos – livros, entrevistas, artigos, textos oficiais e escolares – localizados em diferentes tipos de arquivos, dentre os quais se encontram os da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco<sup>3</sup>, do Arquivo Público de Pernambuco<sup>4</sup> e da Fundação Joaquim Nabuco<sup>5</sup> (Fundaj). Todos os personagens de alguma maneira estão ligados a EEP e todas as histórias buscam de alguma forma conter vestígios sobre os professores-engenheiros de matemática da Escola de Engenharia. Grande parte destes professores engenheiros também foram alunos da Escola.

<sup>3</sup> <http://www.biblioteca.pe.gov.br/>

<sup>4</sup> <http://www.pe.gov.br/orgaos/arquivo-publico-estadual/>

<sup>5</sup> <http://www.fundaj.gov.br/>



Todavia, vale destacar que o texto não trará uma história completa sobre a EEP, pois penso que não há histórias que contemplem inteiramente todos os fatos passados. Para a confecção da narrativa histórica tentou-se abordar o maior número possível de fatos, todavia apenas com a intensão de que nossa narrativa histórica pudesse assim sustentar melhor nossas ideias e hipóteses e não trazer uma história verdadeira, inteira e única da EEP. Pensou-se em trazer histórias que de alguma forma mostrem um pouco do que os documentos oficiais não têm como objetivo abordar, o cotidiano e as relações socioculturais.

### **A ESCOLA, ALGUMAS HISTÓRIAS**

A Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP) foi a terceira Escola criada no Brasil, voltada especificamente à formação de engenheiros não militares, ou civis. Em 03 de junho de 1895, através da lei nº 84, o então governador de Pernambuco, José Alexandre Barboza Lima, junto a três nomes do Senado de Pernambuco: do presidente, Francisco Texeira de Sá, do 1º secretário, Herculário Bindeira de Mello e do 2º secretário, João Baptista Regueira Costa; criou a Escola de Engenharia de Pernambuco, que começou a funcionar em março de 1896, após a publicação do decreto de 12 de fevereiro de 1896, que a regulamentava e lhe dava o status de Instituição Estadual. O governador José Alexandre Barboza Lima também criou várias escolas de ensino básico pelo Estado de Pernambuco. O primeiro diretor da Escola de Engenharia de Pernambuco foi Antonio Urbano Pessoa Montenegro.

No começo de suas atividades, a Escola formava agrimensores e engenheiros civis, respectivamente com dois e cinco anos de duração, sendo que para adquirir o diploma de agrimensor era necessário terminar as cadeiras de Topografia, Desenho Topográfico e Exercícios Práticos que constavam no 2º ano do curso de Engenharia Civil. Segundo Torres (2008, p.19), em seus primeiros tempos, a Escola funcionava em um “prédio na Praça da República, em frente ao Teatro Santa Isabel, do outro lado da Praça, e ao lado do Palácio das Princesas, com os fundos para o Rio Capibaribe”. Este local na época era o centro de Recife e onde estavam suas principais construções. Porém, o prédio foi demolido e no local atualmente encontra-se uma avenida “beira rio, que contorna a Praça da República”, região popularmente conhecida como Recife Antigo. Através do decreto federal nº 3022, de 3 de outubro de 1898, a Escola de Engenharia de Pernambuco

é equiparada à Escola Politécnica do Rio de Janeiro que era o modelo de Escola de Engenharia da época no Brasil. Para conseguir a equiparação, que garantia uma equivalência de diplomas, o plano de estudos da EEP foi modificado de acordo com o que era oferecido na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Em 1904, a Escola de Engenharia de Pernambuco é fechada pela Lei nº 659, que foi regulamentada no governo de Sigismundo Gonçalves. Os motivos que são apontados para o fechamento são diferentes e cada autor traz uma versão sobre o ocorrido. As dificuldades encontradas para se transformar a Escola de Engenharia de Pernambuco em uma instituição do nível da Politécnica do Rio de Janeiro, tanto nas questões de ensino como nas administrativas e financeiras, segundo alguns autores, foram responsáveis pelo fechamento da Escola em 1904. Para outros autores, no entanto, as dificuldades estavam relacionadas ao protecionismo político vigente naquele período, em particular, por parte do governador Sigismundo Gonçalves, que tentou diversas vezes, sem sucesso, nomear professores para a Escola, sem uma aparente qualificação e sem uma seleção prévia, baseado apenas em seus conhecimentos pessoais. A resistência a essa prática, por parte de professores da Escola, teria sido o estopim para que o governador encerrar os trabalhos da Faculdade de Engenharia de Pernambuco, por meio da lei de nº 659 de 14 de maio de 1904.

A nova Escola, criada em 1905, recebeu o nome de Escola Livre de Engenharia de Pernambuco, permanecendo com esta denominação até 1925, quando voltou a ser Escola de Engenharia de Pernambuco, por problemas gerados pela existência de outra Escola Livre que havia no Rio de Janeiro. No final de 1905, a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco foi reconhecida como estabelecimento de Ensino Superior pelo DECRETO-LEI nº 5709, de 09 de outubro de 1905, que declarava “subsistir para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco a equiparação concedida à Escola de Engenharia do mesmo Estado, pelo decreto número 3022, de 03 de outubro de 1898”.

Algumas questões sobre o fechamento da Escola de Engenharia de Pernambuco e a criação da Escola Livre de Engenharia vêm a tona. A primeira questão se forma acerca da influência do Governador para, aparentemente por motivos pessoais, fechar a única Escola de Engenharia da região. Há que se questionar sobre qual era de fato a importância desta Escola mediante ao poder que um Governador poderia no começo do século XX, e pensar também pela ótica de que no período a EEP não formava muitos alunos e, portanto, talvez poderia ser além de um incômodo pessoal, um gasto para o Estado que não estaria



dando retorno satisfatório. Ainda dialogando com o poder do Governador podemos passar adiante e analisar a criação da Escola Livre, pois que homens eram estes que podiam de alguma forma sobrepor seus interesses aos do Governador criando uma nova Escola. Sabe-se que neste período os engenheiros eram pessoas influentes financeiramente, socialmente e principalmente politicamente, o que pode levar a pensar que também eram homens que tinha poder suficiente para fazer o Governador não apenas a adiar o fechamento da Escola como ainda doar tudo e ajudar a criação da nova Escola. Parece-me então a ideia de um conflito de poderes que teve um desfecho agradável para todos, sem que ninguém oficialmente estivesse usando seus poderes. Ainda pensando sobre os professores podemos considerar que para estes engenheiros dar aulas sem remuneração não faria grandes diferenças. Enfim o fechamento e a abertura da Escola parecem ter muitas tensões que escapam das tensões abordadas nos campos financeiros e políticos, e oficiais.

Em 1911 ocorre uma reformulação proposta pela Lei Rivadávia<sup>6</sup>. Newton Maia (1966) relata que, iluminado por ideais positivistas, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadávia Correia. Com a restituição da fiscalização do governo federal, em 1915, e com a reorganização do ensino, a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco cria novos estatutos que desta vez excluem o curso de formação de engenheiros agrônomos. Segundo Torres (2008), a formação destes profissionais caberia a partir de 1915 e até 1919, quando retornaria à responsabilidade da EPP, à Escola Agrônômica do Estado de Pernambuco, conhecida popularmente como Escola de Agronomia de Socorro, nome do local onde fica instalada. Esta Escola seria fechada em 1919 praticamente pelos mesmos motivos pelos quais o curso havia sido retirado da EEP: falta de alunos, o que acarretava em decréscimo da Escola até seu fechamento; além da sua distância para Recife, o que dificultava ainda mais a presença de novos alunos. Segundo Moraes Rego (1925, p. 21), o curso foi extinto em 1915 porque “não logrou frequência suficiente e regular” e os lentes responsáveis pelas cadeiras referente a este curso ficaram a disposição da EEP e poderiam ser convocados para novas vagas independentemente de concurso.

A partir de 1919, a Escola Livre poderia formar engenheiros mecânico, elétrico, agrônomo e industrial, mesmo que por alguns anos só tenham se formado engenheiros

---

<sup>6</sup> Implantada através do decreto nº8.659, em 5 de abril de 1911, pelo Dr. Rivadávia Correia, a lei liberava as escolas da fiscalização federal, proporcionava total liberdade aos estabelecimentos escolares. Há várias histórias sobre esse período que o ensino ficou sem fiscalização do governo federal e normalmente estão relacionadas a corrupção.

civis. Neste período, o Governo Federal liberou uma subvenção para algumas escolas de formação superior, segundo Maia (1966, p.28):

Baseado na lei orçamentária federal nº 3991 de 5 de janeiro de 1920 a qual consignava com uma subvenção anual para cada um dos sete primeiros cursos de “Química Industrial” a serem criados no país, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, assinou o convênio com a Escola a 18 de julho de 1920 para a fundação e manutenção de um daqueles cursos.

Ainda em 1919, foi criado o Clube de Engenharia. Este clube era como uma extensão da escola, uma espécie de ligação do mundo político e dos engenheiros. Uma das ações do Clube foi a publicação do periódico “Boletim de Engenharia”, no período de 1923 a 1937.

Ainda com o nome de Escola Livre de Engenharia, a EEP iniciou a década de 20 em novo endereço: Rua do Hospício nº. 371, lugar que tinha melhores instalações e infraestrutura para receber novos cursos. Em seguida destas mudanças, o Governador José Rufino Bezerra decide anexar à EEP o curso de agronomia “extinguindo por economia a Escola de Agronomia Socorro, estadual” através da “lei nº 1439 de 24 de abril de 1920” e que determinava a doação parte do mobiliário e laboratórios, além de oito hectares de terra e alguns animais. (MAIA, 1966, p. 28) Temos também segundo Maia (1966, p. 28) que mais um curso é incorporado à EEP, por decreto federal: “Baseado na lei orçamentária federal nº 3991 de 5 de janeiro de 1920 a qual consignava com uma subvenção anual para cada um dos sete primeiros cursos de “Química Industrial” a serem criados no país”. Contudo, ter três cursos não foi suficiente para alterar o perfil da Escola de ter pouco formados. Em 1920, por exemplo, foram oito engenheiros civis e sete agrônomos formados e em 1926, dois engenheiros civis. Essa pequena taxa de conclusão não era apenas decorrente de um baixo índice de ingressantes, pois a média inicial era de trinta alunos por turma, porém a desistência ao longo do curso era alta e isto culminava rapidamente em poucos alunos por sala.

Os alunos deveriam prestar os exames denominados de preparatórios para o ingresso nos cursos superiores em um momento em que os cursos de nível secundários começavam a ser regularizados. Para preparação a esses exames, cursos anexos às faculdades foram sendo criados.

Até a década de 30, o acesso restrito ao ensino superior, no Brasil, fazia com que o ensino secundário se caracterizasse como uma parte da formação de elite, associada à preparação, originalmente, para os

exames preparatórios e, depois, para os vestibulares, instituídos em 1915, com a reforma promovida pelo Ministro Carlos Maximiliano. ALVES, 2004, p.2

O Curso Anexo, ou também chamado Curso Preparatório, foi tema de algumas histórias abordadas nas fontes estudadas. Os exames eram realizados no início do ano. O curso preparatório era anual e, dependendo do período em que o aluno era admitido, não seria possível realizar os próximos exames. As disciplinas matemáticas eram o centro do curso. Vários professores da Escola iniciaram suas atividades no Curso Anexo. Luiz Ribeiro, Paulo Guedes, Newton Maia e Augusto Victor Martins, foram lembrados como professores. Alguns deles foram alunos da Escola. Além das histórias destes professores, foram estudadas histórias de vários outros e de uma forma geral percebeu-se que grande parte dos engenheiros-professores da Escola de Engenharia de Pernambuco é caracterizada nos textos analisados como ríspidos e com grande poder de decisão dentro do espaço de aula. Os alunos deveriam ser passivos, devendo apenas aceitar o que o professor oferecesse sem questionamentos, repetindo e memorizando o que era ensinado. Nesta época, não cabia ao aluno o papel de questionador. Afinal, acreditava-se que o esforço repetitivo levaria a uma melhor aprendizagem. Isso significava que não havia por parte dos professores a preocupação com aulas que oferecessem dinâmica e interatividade, parte pelo perfil da época, parte pela não exigência desta característica em um bom profissional.

As histórias que apareceram em maior volume foi as que de alguma forma envolviam o professor Luiz de Barros Freire. Boa parte destas histórias normalmente busca ter como fio condutor o modo como Freire se relacionava com os personagens que compunham a Escola. Pode-se notar que este modo é relatado a fim de destacar certa excentricidade, irreverência e rigidez por parte de suas decisões.

A influência do Prof. Luiz Freire era de outra natureza. Ao lado de uma profunda irreverência em relação àqueles que dominavam "os sábios da província", ele estimulava os alunos que considerava talentosos a seguirem uma carreira científica.<sup>7</sup>

Outro professor com grande volume de histórias é Newton da Silva Maia que estudou na Escola, foi professor e diretor, assim como seu pai Heitor Maia. O rigor e a rispidez do professor Maia são destacados por Torres (2008): "O Prof. Newton, com esse

<sup>7</sup> [http://matematicauniversitaria.ime.usp.br/Conteudo/n16/n16\\_Entrevista.pdf](http://matematicauniversitaria.ime.usp.br/Conteudo/n16/n16_Entrevista.pdf) Acessado em 13/09/2013.



seu velho estilo ríspido, amedrontador, realmente inibia os alunos que se atrevessem a perguntar ou tirar dúvidas". (TORRES, 2008, p.125). No entanto, é comum encontrar histórias sobre sua boa didática:

Mas paralelamente ao Curso Anexo, matriculei-me no curso do prof. Newton Maia, conhecido como um professor mais didático e mais eficiente. Prof. Newton Maia também professor da Escola de Engenharia, mantinha um curso pré-vestibular particular de grande valia, efetivamente muito melhor do que o tal Curso Anexo (...) PESSOA, 1995, p. 256.

O rigor também é tema presente quando surgem histórias sobre diretores da EEP. Os engenheiros-professores detinham linhas duras não só nas aulas e mantinham o mesmo aspecto quando eram diretores. A exemplo, Torres destaca que "o professor e Diretor Newton Maia era como nos velhos tempos, rígido, autoritário e que não se deve pedir nada, nem para aplicar bem o dinheiro público, para ele, se não se usa na forma prevista, devolve." (TORRES, 2008, p.63). Este último dizer se refere a um acontecimento em 1964 no qual Newton Maia foi criticado pelo professor Mário Antônio, durante uma aula de Cálculo Infinitesimal II, por ter devolvido a verba federal que restou para o Ministério da Educação, no lugar de ter investido em outras áreas.

Outro professor e diretor, que também ficou conhecido pelas linhas rígidas de condução da EEP, foi Moraes Rego: "Os jornais da cidade quando se referiam à Escola era sempre com grande respeito e admiração. Afinal, nomes como de Moraes Rego e Heitor Maia, professores da EEP, eram celebridades na cidade" (TORRES, 2008, p.44). Grande parte das fontes investigadas traz a figura de Moraes Rego como um diretor que conduzia os caminhos da EEP através de linhas mais rígidas e tentava sempre que possível trazer melhorias, mesmo que de forma conservadora. Segundo parte dos relatos do livro "Engenheiros do Tempo", de Torres (2008), Moraes Rego não permitia de forma alguma a banalização da faculdade e fazia com que a fama da Escola fosse inerte ao meio corruptível que vivia o Recife. Esta linha que ele seguia para guiar a EEP fez com que ela ficasse conhecida como "a casa de Moraes Rego". (TORRES, 2008, p.46)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é o que pode-se chamar de uma pequena amostra do trabalho que compõe minha pesquisa de mestrado. A relevância deste trabalho histórico se dá na

perspectiva de investigação da matemática na academia em um período que professores engenheiros estavam a frente de sala de aula, visto que ainda não havia cursos que habilitavam o professor de matemática. Há um número significativamente maior histórias sobre os personagens da Escola, que estão direta ou indiretamente ligados à matemática, do que consegui abordar ao longo do texto. Todavia, busquei manter o mesmo estilo de análise a fim de deixar exposto o modo como as fontes foram trabalhadas e principalmente o modo de como busco criar minha visão sobre a história da Escola de Engenharia de Pernambuco.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. M. C. *Militares e Ensino Secundário no Século XIX*. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf>>. Acessado em: 10 janeiro de 2014.

ARAÚJO, H. R. *Técnica, Trabalho E Natureza Da Sociedade Escravista*. IN: Revista Brasileira de História. Vol. 18 N. 35 São Paulo, 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.709, de 09 de outubro de 1905 Coleção de Leis do Brasil, 31/12/1905, p.968. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1905-10-09:5709>>. Acessado em 10 de março de 2013.

CERTEAU, M. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. Edição. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010, 77 p.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

MAIA, N. S. *Apontamentos para a história da Escola de Engenharia de Pernambuco*, Rio de Janeiro, 1966, p. 21 - 37. IN: AGUIAR, Antônio Carlos M.; SIQUEIRA, Antônio Jorge; MONTENEGRO, Antônio Torres. (orgs.) *Outras Histórias*. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 1995. 215 p. (Memórias da Escola de Engenharia. Série Documentos)

MATTEDI DIAS, A. L. *Da bossa das matemáticas à educação matemática: defendendo uma jurisdição profissional*, p.191-221. IN: Revista História & Educação

Matemática/Sociedade Brasileira de História da Matemática, Rio Claro, SP v.2 – nº 2 - Jun/Dez 2001 - Jan/Dez 2002.

MIORIM, M. A. *Introdução à história da educação matemática*. São Paulo: Atual, 1998.

MIORIM, M. A. *Memórias de um professor-autor de livros didáticos de matemática do século XIX: alguns apontamentos*. In: XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática, 2011, Recife - PE. Anais do XIII CIAEM, 2011, p.1-10.

PERNAMBUCO. *Estatutos da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco de 1905*.

PERNAMBUCO. *Estatutos da Escola de Engenharia de Pernambuco de 1926*.

PERNAMBUCO. *Regulamento da Escola de Agronomia de Pernambuco de 1915*.

PERNAMBUCO. *Regulamento da Escola de Engenharia de Pernambuco de 1898*.

PERNAMBUCO. *Regulamento da Escola de Engenharia de Pernambuco de 1901*.

PERNAMBUCO. *Relatório apresentado à Congregação da Escola pelo seu Diretor Dr. Manoel Antonio de Moraes Rego, em 26 Janeiro de 1925*.

TORRES, R. G. *Nos degraus da Rua do Hospício: histórias da Escola de Engenharia e Pernambuco (1895-1976)*, Recife. Ed do Autor (2008).

TORRES, R.G. *Nos degraus da Rua do Hospício 2: Crônicas da Escola de Engenharia de Pernambuco*. Recife: Ed. do Autor, 2011. 220 p.



**História Cultural**